

Despesas Pagas				6.450.136
Superavit Orcamentário				986.870
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO				Até o bimestre
Despesas Empenhadas				6.827.370
Despesas Liquidadas				6.589.980
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>				<b>Até o bimestre</b>
Receita Corrente Líquida				18.241.120
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>				<b>Até o bimestre</b>
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)				-
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)				-
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)				-
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)				793.204
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)				990.942
Resultado Previdenciário (VI) = (IV-V)				(197.739)
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>	<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO</b>	<b>Resultado Apurado até o bimestre</b>	<b>% em Relação à Meta</b>	
	<b>(a)</b>	<b>(b)</b>	<b>(b/a)</b>	
Resultado Nominal	714.901	(644.529)	-90,2%	
Resultado Primário	11.554	828.686	7172,3%	
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o bimestre</b>	<b>Pagamento Até o Bimestre</b>	<b>Saldo a pagar</b>
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	196.547	1.579	179.494	15.473
Poder Executivo	176.289	1.579	168.300	6.411
Poder Legislativo	2.360	-	2.307	53
Poder Judiciário	16.304	-	7.933	8.372
Ministério Público	1.594	-	955	638
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.733	737	1.716	4.280
Poder Executivo	6.733	737	1.716	4.280
Poder Legislativo	-	-	-	-
Poder Judiciário	-	-	-	-
Ministério Público	-	-	-	-
TOTAL	203.280	2.317	181.211	19.753
<b>DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO<sup>2</sup></b>	<b>Valor apurado até o bimestre</b>	<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>	
			<b>% Aplicado até o bimestre</b>	
Mínimo Anual de 25% dos Impost na Manut e Desenvolvimento do Ensino - MDE	1.076.365	25%	22,63	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remun.do Magistério c/Ensino Fundamental e Médio	667.167	60%	85,73	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remun.do Mag.c/Educ.Infantil e Ens.Fundamental	-	60%	-	
Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>Valor apurado até o bimestre</b>		<b>Saldo Não Realizado</b>	
Receita de Operação de Crédito				
Despesa de Capital Líquida				
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>Exercício</b>	<b>10º Exercício</b>	<b>20º Exercício</b>	<b>35º Exercício</b>
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos	-	-	-	-
Receitas Previdenciárias (IV)	-	-	-	-
Despesas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
Resultado Previdenciário (IV-V)	-	-	-	-
<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>	<b>Valor apurado até o bimestre</b>		<b>Saldo a Realizar</b>	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				
<b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE<sup>2</sup></b>	<b>Valor apurado até o bimestre</b>	<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>	<b>Limite Constitucional Anual</b>	
			<b>% Aplicado até o bimestre</b>	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	604.170	12%	12,70	
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>			<b>VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE</b>	
Total das Despesas/RCL (%)			-	

FONTES: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data de emissão 18/Maio/2017 e Hora de emissão 15h e 50m.

Protocolo: 182977

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS – E.M. Nº 03/17/SEFA  
Belém (PA), 23 de maio de 2017**

Excelentíssimo Senhor Governador de Estado,

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, concernente às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece que, ao final de cada quadrimestre, será emitido, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu artigo 20, Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definida por ato próprio de cada Poder ou órgão.

O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada Lei de Responsabilidade Fiscal, deve conter informações relativas aos demonstrativos: despesa com pessoal, dívida consolidada, garantias e contragarantias de valores, operações de crédito e simplificado, devendo, no último quadrimestre, ser acrescido de demonstrativo referente a disponibilidade de caixa em trinta e um de dezembro e dos Restos a Pagar.

As demonstrações que compõem o mencionado documento são consolidadas e avaliadas quanto à consistência dos dados nelas contidos, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

Assim sendo, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade, submeto a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Estadual, em anexo, referente ao quadrimestre janeiro a abril de 2017.

Respeitosamente,

NILO EMANOEL RENDEIRO DE NORONHA  
Secretário de Estado da Fazenda